

IVALDO CAVALCANTI



Reunião da Comissão Representativa, no plenário do Senado: poucas decisões a tomar

## Só o salário do funcionalismo movimentava plantão do Congresso

A Comissão Representativa do Congresso Nacional que a Constituição determina que fique de plantão durante os recessos parlamentares teve pouco trabalho até agora, contrariando as expectativas. Composta por sete senadores e 16 deputados, reuniu-se uma única vez, no dia 11, para apreciar e votar o requerimento de convocação do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e apenas o vice-presidente, deputado Genésio Bernardino (PMDB-MG) — que ocupa o mesmo cargo na Mesa da Câmara — veio a Brasília em quatro momentos diferentes para despachos gerais. A próxima reunião será no dia 24, às 15h30, quando Passarinho finalmente explicará a proposta do Governo para a questão salarial dos servidores públicos civis e militares, no plenário do Senado.

A iniciativa de convidar o ministro da Justiça partiu do senador Maurício Corrêa (PDT/DF), provocado pela decisão anunciada pelo Executivo de encaminhar ao Congresso, ainda durante o recesso parlamentar, um novo projeto de lei concedendo um reajuste geral e correções de tabelas de algumas categorias dos servidores públicos. A decisão foi adiada, esta semana, mas a presença do ministro está confirmada. Outro membro da Comissão que até agora passou mais tempo na cidade do que em suas bases foi o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides. Foi ele quem acabou por adminis-

trar a questão mais polêmica que atingiu de frente o Legislativo: a nota dos ministros militares responsabilizando o Congresso Nacional pela situação salarial dos servidores públicos.

Na Câmara, o presidente Ibsen Pinheiro será obrigado a dar uma atenção maior às denúncias de envolvimento de deputados com o narcotráfico. Os traficantes de cocaína presos na semana passada pela Polícia Federal são irmãos do deputado federal Jabes Rabello (sem partido-RO), membro da Mesa Diretora. E um deles portava uma carteira de Assessor Parlamentar da Câmara. Um ofício assinado pelo deputado requerendo o fornecimento do documento também foi localizado. Por conta do tráfico de drogas também, pelo menos é o que supõe a deputada Raquel Cândido (PDT/RO), o seu gabinete foi arrombado e quase incendiado no mesmo dia em que Ibsen deixou a cidade. Os laudos da perícia civil e da própria Câmara ainda não foram divulgados.

Ibsen Pinheiro partiu para o exterior numa comitiva de parlamentares da qual faz parte o líder do Governo, Humberto Souto, que, por isso mesmo, não acompanhou de perto a escolha do novo líder do partido do presidente Collor, o PRN, deputado Cleto Falcão. Falcão insinuou que o trabalho do líder tem "algumas deficiências" e que ele, quando ocupou a mesma fun-

ção na Assembleia Legislativa de Alagoas, conseguiu a aprovação de 94 por cento das matérias de interesse do governador do estado, na época Fernando Collor. O novo líder também sentou-se na cadeira do seu antecessor Arnaldo Faria de Sá antes de ser referendado pela bancada, na sua ausência e ao que consta, ainda não renunciou. Souto e Faria de Sá são membros titulares da Comissão Representativa.

Inúmeros parlamentares, no entanto, interromperam o recesso para breves visitas a Brasília e alegria dos repórteres que cobrem o Congresso. Quarta-feira por exemplo, os deputados Roberto Freire (PCB/PE) e José Carlos Sabóia (PSB/MA) facilitaram o trabalho da imprensa na repercussão das declarações de membros do FMI que condicionaram qualquer negociação com o Governo brasileiro a mudanças na Constituição. O relator da CPI do Narcotráfico, deputado Moroni Torgan (PSDB/CE), foi outro que compareceu ao Comitê de Imprensa da Câmara para entrevista coletiva. E assunto é o que não lhe faltava. De qualquer forma, vale lembrar que o compromisso dos membros da Comissão Representativa não é permanecer na cidade. Devem, em princípio, estar disponíveis para chegar a Brasília em tempo hábil de qualquer emergência. Ou seja, permanecer no Brasil. Não é o caso apenas do líder do Governo na Câmara.